

A desgnerificação do trabalho nas novas configurações do capitalismo: implicações para pensar o trabalho docente

The degendering of work in the new configurations of capitalism: implications to think teaching work

La desgnerificación del trabajo en las nuevas configuraciones del capitalismo: implicaciones para pensar el trabajo docente

Renata Porcher Scherer¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo-RS, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as principais implicações das metamorfoses no mundo do trabalho na passagem de um paradigma fordista para um pós-fordista, para a profissionalização do trabalho docente. Para tanto, toma-se como material empírico três importantes estudos sobre a docência brasileira e aponta-se para a importância de considerarmos os diagnósticos acerca das mudanças no mundo do trabalho para compreendermos e complexificarmos o atual contexto vivido por professores e professoras. Inicia-se examinando as principais transformações ocorridas no capitalismo recente a partir do triunfo do pensamento neoliberal no Brasil, sinalizando para a emergência dos novos perfis profissionais que passam a ser exigidos no contexto atual. Após, apresentamos um diagnóstico sobre a profissionalização do magistério e o adoecimento docente no Brasil, evidenciando que o conceito de desgnerificação mostra-se como uma ferramenta importante para futuros estudos que busquem investigar tais temáticas.

Palavras-chave: Trabalho docente, Capitalismo, Desgnerificação do trabalho.

Abstract

The present article aims to analyze the main implications of metamorphoses in the world of labor in the transition from a Fordist paradigm to a post-Fordist one, for the professionalization of the teaching work. Therefore, three important studies on Brazilian teaching are taken as empirical material and the importance of considering the diagnoses about changes in the world of labor is taken into account in order to understand the current context experienced by teachers. It begins by examining the main transformations that have occurred in recent capitalism since the triumph of the neoliberal thought in Brazil, signaling the emergence of new professional profiles that are now required in the current context. Afterwards, it is presented a diagnosis on the professionalization of teaching and the teaching sickness in Brazil, showing that the concept of degendering is an important tool for future studies that seek to investigate such topics.

Keywords: Teaching work, Capitalism, Degendering of work.

1 Doutoranda em Educação no Programa de pós-graduação em Educação- UNISINOS – Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: renatapscherer@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar las principales implicaciones de las metamorfosis en el mundo del trabajo en el paso de un paradigma fordista para un postfordista, para la profesionalización del trabajo docente. Para ello, se toma como material empírico tres importantes estudios sobre la docencia brasileña y se apunta a la importancia de considerar los diagnósticos acerca de los cambios en el mundo del trabajo para comprender y complejizar el actual contexto vivido por profesores y profesoras. Se inicia examinando las principales transformaciones ocurridas en el capitalismo reciente a partir del triunfo del pensamiento neoliberal en Brasil, señalando para la emergencia de los nuevos perfiles profesionales que pasan a ser exigidos en el contexto actual. Después de presentar un diagnóstico sobre la profesionalización del magisterio y el enfermedad docente en Brasil, evidenciando que el concepto de desgnerificación se muestra como una herramienta importante para futuros estudios que busquen investigar tales temáticas

Palabras clave: Trabajo Docente; el capitalismo; Desgnerificación del trabajo.

Introdução

Em uma revista de ampla circulação brasileira uma manchete nos chama a atenção: “O professor do futuro”. A matéria publicada no final do ano de 2017 anunciava os desafios dos professores para o século XXI; entre tais desafios destacava-se o domínio das tecnologias e das competências socioemocionais. Em seu final a reportagem apresentava cinco competências indispensáveis para os “mestres que vão preparar as novas gerações”. A primeira competência consiste no chamado “espírito inovador”, que de acordo com a reportagem, estaria relacionado com a introdução de novas ferramentas de ensino, como por exemplo, dispositivos eletrônicos. A segunda competência seria a “formação continuada”, a terceira o “trabalho em equipe”, a quarta envolveria o “traquejo social”, onde seria necessário que o professor soubesse como ensinar os alunos a lidar com os problemas e fazer escolhas saudáveis para resolver conflitos. E a quinta e última competência, que a matéria nomeia como “curadoria de conteúdo”, estaria relacionada com a habilidade de filtrar o melhor conteúdo diante do excesso de informações que temos disponíveis o tempo todo (MASSON, 2017).

Com esse artigo não desejamos nos posicionar em detrimento da importância de tais competências para a atuação de professores e professoras brasileiros; mas, compreender quais são as principais mudanças relativas à docência brasileira nos últimos anos e como estas mudanças podem ser compreendidas à luz das metamorfoses do mundo do trabalho e das novas configurações do capitalismo. Para tanto, este artigo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira apresentamos um diagnóstico sobre as principais mudanças relativas à passagem de um contexto de trabalho fordista para um contexto pós-fordista e apresentamos o conceito de “desgnerificação do trabalho” desenvolvido pela socióloga italiana Cristina Morini (2008). Na segunda seção apresentamos uma análise de três importantes estudos produzidos ao longo da década de 2010 sobre as condições do trabalho docente contemporâneo e apontamos para a produtividade do conceito de desgnerificação para uma melhor compreensão acerca do trabalho docente brasileiro.

As metamorfoses do mundo do trabalho e as novas configurações do capitalismo: um diagnóstico

Nesta seção buscamos lançar um olhar atento para as principais mudanças relativas ao mundo do trabalho, a partir do estabelecimento de novas configurações do capitalismo. Ricardo Antunes (2010), em importante obra da sociologia brasileira do trabalho, levanta uma questão pertinente para os dias atuais: Estaríamos diante do fim do trabalho? Nas palavras utilizadas no título da obra, a questão poderia ser colocada da seguinte forma: “Adeus ao trabalho?” Ao longo da obra, o sociólogo brasileiro deixa claro que não sustenta uma tese que advoga o fim do trabalho; todavia, busca descrever uma nova morfologia do trabalho. Essa nova morfologia teria como elemento mais visível seu desenho multifacetado, resultado de fortes mutações que abalaram o mundo produtivo nas últimas décadas. Os contornos adquiridos por essa “nova forma de ser” do trabalhador contemplariam características como ser polivalente e multifuncional.

Em um estudo mais recente, Antunes (2014) aprofunda essa análise e descreve uma nova morfologia do trabalho no Brasil. Para o pesquisador, as transformações ocorridas no capitalismo recente, a partir de meados das décadas de 1980 e 1990, desencadearam um conjunto de modificações que alteraram a forma de ser da classe trabalhadora. Assim, de acordo com o autor, com o triunfo do pensamento neoliberal no Brasil, assistimos a uma ampliação do processo de reestruturação produtiva “mediante a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos, de novas formas de organização do trabalho e da introdução dos métodos participativos” (ANTUNES, 2014, p. 40). Essa “nova forma de ser da classe trabalhadora”, segundo o pesquisador, teria como principais características o trabalho flexível, produtivo e desregulamentado.

Para Dardot e Laval (2016, p. 326), em recente diagnóstico, o pensamento neoliberal tem como uma das características fundantes “uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa”. Dessa forma, diversas técnicas têm sido utilizadas para a fabricação de um novo sujeito unitário que os autores irão nomear como “neossujeito”. Com essa conceituação destacam uma diferença na organização do trabalho e na constituição da subjetividade do trabalhador, não mais organizada pela coerção que buscava “adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326); mas, um governo que deve envolver e governar cada subjetividade para que esta deseje “participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). Sob tal perspectiva, as novas técnicas de gestão se estabeleceriam a partir de um “governo lacanaiano” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). chegando ao cúmulo da alienação justamente ao objetivar suprimir qualquer forma de alienação. Explicando a metáfora, seria uma espécie de governo pelo desejo. Assim, o efeito buscado pelas novas práticas de fabricação e gestão seria “fazer com que o indivíduo trabalhe para empresa como se trabalhasse para si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Olhando para essa modificação nas formas de administração do trabalho, Carlos Bordoni, em diálogo com Zygmunt Bauman (2016), aponta que enquanto o saber da administração em um capitalismo industrial, pautado por uma organização de trabalho fordista, organizava suas práticas tomando como base a estabilidade e a

continuidade buscando rotinas, aprendizado e memorização, os saberes da nova administração, em um contexto pós-fordista, ao trabalharem em um contexto volátil e imprevisível rejeitam a rotina, operando na lógica da irregularidade e do esquecimento. Em tal contexto, questões como imaginação, novidade e ousadia tornam-se características cada vez mais exaltadas e exigidas, nas palavras de Bordoni:

Num tal ambiente, peculiaridades pessoais, incluindo idiossincrasias bizarras e inclassificáveis outrora banidas do escritório e que tiveram de ser deixadas no bengaleiro na entrada do prédio, passam a ser vistas como a mais preciosa das vantagens e o capital mais promissor e lucrativo. A busca do sucesso exige que elas sejam nutridas, não combatidas nem sufocadas. (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 67)

Será ao olhar para essa valorização das diferenças no contexto de um capitalismo cognitivo que a socióloga italiana Cristina Morini (2008) irá apontar para uma tendência à “desgenerificação do trabalho” na Contemporaneidade. De acordo com a pesquisadora, o capitalismo cognitivo em sua forma contemporânea parece impor um único e homogêneo dispositivo de comando sobre o trabalho, qual seja: “são as próprias diferenças, e a exploração dessas diferenças, que se traduzem em um *surplus* de valor” (MORINI, 2008, p. 250, grifo da autora). Assim, as dicotomias produção/reprodução, trabalho masculino/trabalho feminino passariam a perder significado e, objetivamente, poderíamos pensar apenas em um trabalho que tem se constituído cada vez mais de forma desgenerificada.

Morini (2008), em suas análises sobre o processo de feminização do trabalho no capitalismo cognitivo, mostra que o capitalismo tem se apropriado da polivalência, da multiatividades e da qualidade do trabalho feminino, buscando explorar a experiência das mulheres² na histórica realização de suas tarefas nas esferas do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico para o trabalho na esfera pública. Logo, características como ser maleável e hiperflexível passam a serem elementos constitutivos do trabalho, independentemente do gênero. Ainda cabe ressaltar que quando nos referimos à feminização do trabalho no capitalismo cognitivo cabe mais um entendimento do processo para além do âmbito exclusivo da produção, pois “sempre que dizemos ‘trabalho’ no capitalismo cognitivo, entendemos cada vez menos uma porção precisa e delimitada da nossa vida, e cada vez mais um agir global” (MORINI, 2008, p. 250).

Fumagalli (2016), em torno desta questão, descreve o que nomeia como “capitalismo biocognitivo”. De acordo com o pesquisador, durante a primazia do capitalismo industrial o processo de assalariamento representava o modo primordial pelo qual ocorria uma subsunção formal da vida através de um comando do capital sobre o trabalho. Assim, a “composição e divisão técnica do trabalho, baseada em uma separação rigorosa entre o ser humano e a máquina e na disciplina hierárquica do desempenho do trabalho, caracterizou a fase de subsunção real” (FUMAGALLI, 2016, p. 15). No capitalismo biocognitivo, a divisão técnica do trabalho e a separação

2 Morini (2008) destaca que ao recorrer a essa locução “experiência das mulheres”, acaba por usar uma generalização que pode soar imprecisa. A pesquisadora reitera que seria impossível fazer afirmações que seriam válidas para todas as mulheres. Assim, quando a autora se refere à expressão “mulheres e suas experiências” não busca partir de um binômio fixo heterossexual e eurocêntrico para descrever essas experiências. No capitalismo contemporâneo a presença de sujeitos de diversas proveniências e diversamente sexuados acabam por ocupar um lugar de destaque, sob os refletores.

entre ser humano e máquina não são mais os fatores principais que movem a subsunção real.

Não se trata mais do tempo de produção fabril, em que a produtividade do trabalho era medida pelo cronômetro aplicado aos tempos e ritmos das máquinas. As atividades de aprendizagem e articulação em rede (o nascimento e a difusão do conhecimento) estão intrinsecamente ligadas à subjetividade, expertise e individualidade do trabalhador. A cronometragem da aprendizagem e articulação em rede – o tempo do intelecto geral – se torna objetivamente inverificável e, portanto, não diretamente monitorável (FUMAGALLI, 2016, p. 15-16).

Por essa dificuldade de verificação e medição da produção imaterial, o capitalismo biocognitivo precisará refinar suas formas de controle e esse refinamento de técnicas de controle para realizar um governo e subsunção da vida seria o que diferenciaria o capitalismo biocognitivo do capitalismo cognitivo. A subsunção da vida seria um processo que, segundo Fumagalli (2016), exploraria a individualidade subjetiva do trabalhador, transformando em valor as diferenças/diversidades de gênero, raça, educação, caráter e experiência.

Essa valorização das diferenças e individualidades do trabalhador também são dimensões examinadas quando se descreve o chamado “capitalismo emocional”. A socióloga Eva Illouz (2007), no livro *Intimidades congeladas*, irá descrever e analisar a dimensão emocional no capitalismo, a qual seria gerida pelo axioma do controle e da gestão emocional. Tal axioma teria sido produzido e manter-se-ia fortalecido pelos discursos da autoajuda. Assim, o capitalismo emocional constitui uma cultura em que os discursos/práticas emocionais e econômicos teriam uma relação de imanência e produziriam um deslocamento, onde “o afeto se transforma em um aspecto essencial do comportamento econômico e na vida emocional” (ILLOUZ, 2007, p. 19-20). Para Han (2016, p. 38), em perspectiva crítica, o “regime neoliberal pressupõe as emoções como recurso para incrementar a produtividade e o rendimento”. Assim, hoje se exigiria dos trabalhadores não apenas competência cognitiva, mas também competência emocional. As emoções transformam-se em matéria-prima dentro de um contexto de capitalismo das emoções.

Outra nuance que merece atenção ao olharmos para as transformações no capitalismo contemporâneo refere-se às análises desenvolvidas por Richard Sennett (1999) com relação a um capitalismo flexível. Para o sociólogo, os sujeitos e a cultura serão ressignificados em tempos onde a flexibilidade adquire centralidade. Podemos destacar três aspectos que tem sustentado a centralidade da flexibilidade. O primeiro aspecto teria relação com a contínua reinvenção das instituições com relação a novas formas de organização centradas no aumento da eficiência e da produtividade. O segundo aspecto vincular-se-ia com a especialização flexível que teria implicações específicas na necessidade de inovação permanente e no aumento da competitividade. O terceiro e último aspecto refere-se à concentração sem centralização, ou seja, uma nova forma de organização do trabalho regulado por novas formas de controle, vinculada à criação de metas (normalmente de difícil cumprimento) e uma busca pela qualificação das performances.

Sob as condições do capitalismo flexível descrito por Sennett, a disposição para arriscar-se e reinventar-se emergem como virtudes fundamentais. Porém, essa nova configuração acaba por expor “os indivíduos a vulnerabilidades permanentes,

através das quais lançam-se a processos continuados de capacitação” (SILVA, 2015, p. 29). A necessidade de nos constituirmos empregáveis tem produzido um aumento das precariedades no mundo do trabalho, e tem exigido que cada vez mais sejamos empregáveis, uma vez que somos estimulados/convocados a consumir serviços que serão essenciais para que possamos manter as características exigidas pelo mercado.

Podemos inferir que essa necessidade de nos construirmos empregáveis e em permanente capacitação é produzida na mudança de ênfase analisada por Bell (1977), em estudo clássico na sociologia do trabalho, de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. Para o pesquisador, uma das maneiras de definirmos uma sociedade pós-industrial seria através da mudança nas distribuições ocupacionais, ou seja, “alterou-se não somente o *onde* as pessoas trabalham como também o *tipo* de trabalho que elas executam. Numa grande medida, a ocupação constitui o mais importante dentre os determinantes de classe e de estratificação na sociedade” (BELL, 1977, p. 29, grifos do autor).

A previsão social proposta por Bell na década de 1970 adquire contornos específicos nos contextos atuais com a intensificação e o fortalecimento do pensamento neoliberal. Mais uma vez recorrendo às análises de Dardot e Laval (2016), a grande novidade do contexto contemporâneo com relação à fabricação de novas subjetividades para o trabalho residiria em uma modelagem que torna os indivíduos além de aptos para suportar as novas condições de trabalho que lhe são impostas, também produtores dessas condições contribuindo para o fortalecimento desta lógica. Em um contexto centrado na competição e com foco na autorrealização, como nos mostram os estudos aqui revisados, imprime e configura uma nova forma de ser trabalhador nos dias atuais.

As novas dimensões assumidas pelas mudanças no capitalismo recente como buscamos mostrar tem operado uma mudança significativa nas relações de trabalho, seja através de uma ênfase na flexibilidade, na emoção ou na imaterialização do trabalho. Tais configurações mudam a subjetividade do próprio trabalhador que precisa assumir novas características e também se relacionar de uma nova forma com o trabalho. O que desejamos mostrar nesse artigo é que tais mudanças tem produzido uma nova relação do professor com o trabalho docente.

Maria Eliza Rosa Gama e Mariana Vizzotto Motta (2017) realizaram uma relevante revisão de literatura em cinco revistas de importante impacto acadêmico para o campo de Educação no Brasil. As autoras identificaram 231 artigos, no período entre 2010 e 2014, que discorrem sobre o tema do Trabalho Docente (TD) nos periódicos analisados. Destes, 30 foram selecionados para análise por focalizarem na temática do trabalho docente em escolas públicas de educação básica no Brasil. Dos nove eixos aglutinadores estabelecidos pelas autoras a partir da análise dos artigos, 11 encontram-se no eixo “Políticas educativas e trabalho docente”. Esse conjunto de pesquisas, de acordo com as autoras, em sua maioria tomaria como foco de análise as mudanças e impactos na organização e realização do TD decorrentes de políticas públicas e reformas educacionais com relação às práticas e condições de trabalho. Os resultados apontariam principalmente para a intensificação do trabalho docente. De acordo com as autoras, os artigos ao traçarem uma ligação entre os efeitos das políticas públicas com o sofrimento profissional docente mostram que os programas educacionais ao tentarem gerenciar ou resolver problemas educacionais

com a intensificação da escolarização podem estar produzindo uma espécie de “enlouquecimento dos docentes” (CORREIA et. al. 2012) como uma das pesquisas analisadas pelas autoras nomeou.

Os três eixos aglutinadores que apresentaram 5, 4 e 3 trabalhos respectivamente, pela categorização das autoras são os eixos de “Identidade profissional, profissionalismo e profissionalização”; “novas tecnologias e trabalho docente” e “saúde e trabalho docente”. No eixo da identidade profissional destacaram-se os trabalhos com foco nos professores iniciantes e na inexistência de estratégias, seja das mantenedoras como das escolas para inserção desses profissionais. Com relação às novas tecnologias as autoras destacaram que “foi possível perceber que as pesquisas sobre esta temática estão se tornando recorrentes com o passar dos anos” (GAMA; MOTA, 2017, p.10170). As pesquisas analisadas pelas autoras apontaram para a importância do uso da Tecnologia Educativa no trabalho docente considerando o novo perfil de alunos que se encontram nas escolas para os quais o uso do giz e quadro seria ineficiente. Tais estudos além de apontar experiências bem sucedidas em outros países destacariam a falta de estrutura e de professores qualificados para desempenhar esse trabalho nas escolas públicas brasileiras.

No eixo sobre saúde e trabalho docente, os trabalhos teriam como foco o fenômeno denominado pela literatura como mal-estar docente entendido como um fenômeno social do mundo ocidental que seria desencadeado por diferentes fatores como: desvalorização, ampliação das exigências profissionais, violência e indisciplina que acarretariam um questionamento do docente sobre sua escolha profissional e o sentido da sua profissão. Os estudos deste eixo também apontam a profissão docente como uma das profissões mais estressantes e discorrem sobre as diferentes patologias apresentadas pelos docentes na contemporaneidade, com destaque para a síndrome de *burnout*.

Ao retomar essa revisão desejamos dar visibilidade a um conjunto significativo de pesquisas contemporâneas que tem se proposto investigar as condições do trabalho docente no Brasil, mas também em outros países, mostrando que diferentes aspectos têm contribuído para a ampliação de sua precarização. Seja pela desvalorização da categoria ou pela ampliação de funções, os professores dos dias atuais enfrentam dilemas e tensões que parecem limitar seu campo de atuação produzindo stresse, adoecimento e distanciamento da profissão. Em perspectiva internacional destacamos as análises de Jan Masschelein e Maarten Simons (2014) sobre a profissionalização do trabalho docente que, para os filósofos, consistiria em uma tática para domar os professores que assumiriam “a posição de um gerente de negócios privados” (p. 137). Essa nova posição de professor só nos parece possível em um contexto de centralidade da aprendizagem (BIESTA, 2013), onde o professor ao ser posicionado como um facilitador (gerente) de aprendizagens (assuntos privados) do aluno tem sua principal função, que seria ensinar, esmaecida (BIESTA, 2016). Como nos mostra Gert Biesta (2013) o principal problema da nova linguagem da aprendizagem consiste na descrição do processo educacional em termos econômicos transformando alunos em consumidores, professores e escolas em provedores e a educação em uma mercadoria que deve ser fornecida ou entregue pelo professor. Tal fortalecimento da linguagem da aprendizagem no contexto atual poderia produzir uma erosão na forma como compreendemos os processos de ensino e o desaparecimento do professor como o responsável por esses processos (BIESTA, 2016).

Pongratz (2013), ao analisar os efeitos das reformas educativas ocorridas na Alemanha com objetivo de melhorar o seu desempenho no PISA, aponta que no âmbito dos processos educativos é visível a emergência de um novo vocabulário que entende os processos de ensino como uma espécie de gestão da aprendizagem. Assim, ele descreve uma transição de formas fordistas de produção educativas, onde a partir de diretrizes educativas e elementos definidos do currículo se estabelecerá um conjunto correspondente de métodos. Para modelos de direção pós-fordistas onde as estratégias de ensino estariam orientadas para o atendimento do sujeito/aluno como um cliente. Após tal revisão compreendemos a importância de analisarmos as novas configurações do TD à luz das mudanças no capitalismo, já descritas anteriormente, e tomando como central o conceito de “desgnerificação do trabalho”. Acreditamos que tais análises podem lançar uma nova frente de trabalho para os estudos que busquem identificar, compreender e descrever as novas condições do trabalho docente brasileiro.

Profissionalização do magistério e o adoecimento dos professores: um olhar a partir da desgnerificação do trabalho

No início da década de 2010, as pesquisadoras Dalila de Oliveira e Lívia Vieira (2012) publicam o resultado de uma investigação sobre o trabalho na educação básica em sete estados brasileiros, tendo como foco principal do estudo a condição docente. Tal pesquisa foi desenvolvida a partir de quatro hipóteses orientadoras que apontam para uma nova configuração do trabalho docente, a saber: (1) ampliação da jornada de trabalho dos docentes, sem o reconhecimento formal; (2) aumento das funções e responsabilidades docentes; (3) intensificação e autointensificação do trabalho; e (4) a emergência de nova divisão técnica do trabalho nas unidades educacionais. Essa nova organização teria como uma das características principais vincular cada vez mais a remuneração dos docentes ao desempenho dos alunos, oferecendo premiações e bonificações articuladas a sua produtividade. Junto com essa nova política percebe-se o desmantelamento dos planos de carreira por meio da extinção de promoções e garantias profissionais, produzindo uma maior flexibilização nas relações de emprego e o aumento significativo de contratos temporários. Outro elemento destacado na pesquisa é o excessivo número de alunos por turma e as práticas impostas através de uma gestão mais coletiva do trabalho (discussão com os pares, acompanhamento individual do aluno, etc.), o que também estaria produzindo sofrimento físico e mental nos docentes.

Podemos realizar algumas reflexões sobre a potencialidade das análises acerca da desgnerificação do trabalho para compreendermos a constituição do trabalho docente na Contemporaneidade, ao olharmos para os resultados apresentados pelas pesquisadoras à luz de alguns dos diagnósticos descritos na seção anterior. Se, como apontamos com base nos estudos desenvolvidos por Morini (2008), um dos elementos relacionados a esse processo se configuraria a partir de uma visível eliminação na divisão estabelecida entre tempo de trabalho e tempo livre, produzindo uma subsunção que “atinge hoje as esferas da vivência do sujeito” (MORINI, 2008, p. 254), ou o que Fumagalli (2016) nomeou como subsunção da vida, o trabalho docente não parece fugir de tal diagnóstico. Lembrando que um dos aspectos observados

pelas pesquisadoras refere-se justamente ao aumento da jornada de trabalho sem um reconhecimento formal e a uma intensificação e autointensificação do trabalho.

Outro destaque que pode ser olhado com atenção refere-se ao aumento das funções e responsabilidades docentes que podem ser compreendidos no contexto de constituição do que Morini (2008) descreveu como um processo de adaptabilidade e flexibilidade infinitas que seriam características bem conhecidas pelas mulheres, fazendo com que a experiência histórica do trabalho feminino seja tomada como regra, intensificando os processos de precarização do trabalho. Se considerarmos que o processo de feminização e profissionalização do magistério caminharam de forma articulada, como nos mostra os estudos clássicos de Louro (1997), produzindo uma ressignificação do trabalho docente, “o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar” (LOURO, 1997, p.95), tais questões parecem assumir um novo contorno com as novas formas de capitalismo descritas anteriormente, ampliando a precarização e a intensificação do trabalho não mais associadas a características femininas; mas, às novas exigências do mercado de trabalho no contexto neoliberal.

Em outro estudo desenvolvido na mesma década, Verónica Pfingsthorn e Judit Pagès (2016) também se dedicaram a compreender as novas configurações do trabalho docente, alcançando resultados semelhantes. As pesquisadoras, ao refletirem sobre a construção da subjetividade docente em um contexto pós-fordista, vão mapear um novo perfil de docente que tenderia de um lado ao “acúmulo de saberes, capacidades, extensas trajetórias de vida e de trabalho, muitas vezes pouco reconhecidas” (PFINGSTHORN; PAGÈS, 2016, p. 142) e de outro, a um forte sentimento de “vulnerabilidade, insegurança, culpabilidade e exploração” (PFINGSTHORN; PAGÈS, 2016, p. 142). Em um contexto de flexibilidade e mobilidade, as pesquisadoras apontam para alguns traços específicos das novas formas de emprego que têm produzido esse novo perfil docente. O primeiro traço refere-se à questão da mobilidade e sobre isso as autoras mostram que entre as professoras participantes da sua pesquisa havia relatos recorrentes de docentes, especialmente iniciantes, que apontaram uma necessidade de disposição permanente para deslocamento geográfico e também uma mobilidade relacionada a mudanças constantes de perfil contratual.

O segundo traço é a corporeidade. Sobre esse aspecto as pesquisadoras apontam para uma recorrente narrativa das professoras participantes ao descreverem uma sensação de não-pertencimento ao lugar de trabalho, que produziria estresse, culpa e insegurança. O terceiro elemento identificado seria a relação com os saberes, que no contexto analisado estaria produzindo uma contínua exigência de aprendizagem ao longo da vida, criando “uma sensação ambivalente de estar altamente capacitado e de se sentir menos valorizado do que deveria, pensando que nunca é suficiente para encontrar um trabalho digno e contínuo no qual pode se desenvolver” (PFINGSTHORN; PAGÈS, 2016, p. 143). A rentabilidade e a precariedade estariam incluídas no quarto aspecto destacado pelas pesquisadoras. Elas mostram que as professoras participantes da pesquisa apresentavam ideias relativas à vocação, à autojustificação por desfrutar do próprio trabalho e ao desejo e ao prazer de ter escolhido o caminho da docência, apesar da precariedade. O quinto e último aspecto apresentado nesse estudo refere-se ao cuidado que, como apontam as

pesquisadoras, “se tornou parte da economia como uma forma de trabalho afetivo imaterial” (PFINGSTHORN; PAGÈS, 2016, p. 143).

Seguindo nossa linha argumentativa, apontamos que os traços mapeados pelas pesquisadoras referentes à emergência de um novo perfil docente frente às novas configurações do trabalho, podem ser compreendidos como um processo de desgenerificação do magistério onde atributos como mobilidade, corporeidade, aprendizagem ao longo da vida, rentabilidade e precariedade e o trabalho afetivo passam a pautar a docência em detrimento de características associadas a uma natureza feminina e a um suposto instinto materno. Hoje as exigências relativas à docência parecem ser pautadas não mais pelo magistério associado à maternidade e à vocação; mas, a questões relacionadas às metamorfoses no mundo do trabalho, descritas no diagnóstico anteriormente apresentado. Mesmo que o estudo aponte que as professoras participantes da pesquisa descrevam como um dos elementos que justifiquem sua escolha pela docência como um aspecto vocacional, essa não parece mais ser a questão central que pauta o trabalho docente na Contemporaneidade.

Encaminhando-nos para o final das análises apresentamos um último estudo sobre trabalho docente na contemporaneidade, desenvolvido por Vera Balinhas e colaboradores (2013). Os pesquisadores analisaram elementos do processo de trabalho das professoras em uma rede municipal na região sul do Brasil, entre os anos de 2007 e 2009, e mostraram que a imagem do magistério como sacrifício, ao se naturalizar como elemento intrínseco ao trabalho docente, tem produzido condições de adoecimento dos docentes e/ou distanciamento emocional do trabalho. A pesquisa também irá diagnosticar que:

As professoras vêm perdendo a vontade e o prazer em exercer a docência e, com o passar do tempo, o desgaste tem conduzido, grande parte das profissionais a estranhar seu lugar de trabalho, seus colegas, seus estudantes e sua profissão. E, por vezes, esse processo é seguido de nervosismo, irritabilidade e estresse (BALINHAS et al., 2013, p. 266).

Diante da constatação de que as condições de trabalho têm efetivamente gerado o chamado “mal-estar docente”, a pesquisa aponta para a solidariedade entre os pares como um atenuante para tal cenário de adoecimento e precarização. Aqui gostaríamos de explorar a hipótese de que uma das questões centrais para compreendermos o mal-estar docente explorado na pesquisa anterior constitui-se na nova morfologia do trabalho, que ao produzir uma desgenerificação do trabalho (MORINI, 2008) e uma conseqüente subsunção da vida (FUMAGALLI, 2016) tem ampliado esse cenário de adoecimento docente. Os “sofrimentos de flexibilização” (SAFATLE, 2016), bem como os “diagnósticos clínicos do neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016), parecem um cenário interessante para novas pesquisas que busquem investigar tal temática. Importa ainda destacar que, como descreveu Byung-Chul Han (2016) na obra “A sociedade do cansaço”, uma sociedade baseada no rendimento e na atividade estaria produzindo cansaço e esgotamentos excessivos. Para tanto, como podemos observar nas três pesquisas descritas anteriormente uma ampliação e intensificação do trabalho docente pode ser um dos fatores importantes a serem considerados quando analisamos o adoecimento docente.

Retomando a argumentação apresentada anteriormente, importa estarmos atentos para como o adoecimento docente também carece de uma nova grade de

inteligibilidade de seus futuros pesquisadores. Safatle (2016, p. 187), ao observar que a partir do ano de 2010 os casos de depressão tem crescido em média 20% ao ano e representado na atualidade a modalidade de sofrimento psíquico com maior impacto econômico, lança um questionamento bastante provocativo sobre essas modificações:

Temos o direito de nos perguntar se tal paralelismo temporal não guardaria articulações profundas entre si. Em que sentido seria possível afirmar que modificações no universo do trabalho forma fatores importantes para o crescimento de certos quadros de patologias psíquicas? Não se trata aqui de perguntar se o sofrimento no mundo do trabalho se manifesta tendencialmente sob a forma de transtornos depressivos. Trata-se, antes, de indicar como as formas de conflito produzidas pelo impacto psíquico do mundo do trabalho são atualmente geridas, entre outras estratégias, pela constituição de quadros clínicos capazes de individualizar dinâmicas de sofrimento cuja estrutura causal mascara a possibilidade de compreensão das relações profundas entre sofrimento social e psíquico.

De acordo com o autor, os quadros de adoecimento contemporâneo compartilham entre si características como: tristeza, esvaziamento e solidão. Parece que quanto mais exigimos a constituição de trabalhadores flexíveis, dinâmicos e pró-ativos ampliamos o quadro de sofrimento psíquico destes trabalhadores. E como podemos observar nos resultados das três pesquisas apresentadas anteriormente com foco na docência esse cenário não parece muito diferente. O pensamento neoliberal ao construir a crença “de que cabe apenas ao indivíduo a responsabilidade pelo fracasso da tentativa de autoafirmação de sua individualidade no interior do trabalho” (SAFATLE, 2016, p. 189), parece contribuir para fortalecer e ampliar esses sentimentos de incapacidade que acabam gerando o adoecimento dos trabalhadores.

Considerações finais

Em nossas análises buscamos sustentar a argumentação de que uma tendência à degenerificação do trabalho tem produzido uma nova relação do trabalhador tanto com o tempo quanto com o espaço (MORINI, 2008), intensificando as lógicas de competição e performance (DARDOT; LAVAL, 2016), centralizando e valorizando competências tradicionalmente associadas ao trabalho feminino para todos os trabalhadores independente do sexo (HARDT; NEGRI, 2016). Assim, ao articulamos o resultado de três estudos realizados no contexto da década de 2010 que exploraram as novas configurações do trabalho docente no Brasil, mostramos que o fortalecimento da racionalidade neoliberal tem produzido uma ressignificação do que significa ser professora nos dias atuais. Além de ampliar a jornada de trabalho dos professores e inculcar novas formas de gestão e orientação guiadas pelos princípios da colaboração e de um acompanhamento individualizado de cada aluno (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012), é produzida uma nova subjetividade docente centrada no acúmulo de saberes, capacidades e competências que muitas vezes são pouco reconhecidas gerando um sentimento de vulnerabilidade, insegurança e culpabilidade (PFINGSTHORN; PAGÈS, 2016). Parece fortalecer-se a naturalização da imagem do magistério como sacrifício, produzindo adoecimento e/ou distanciamento do trabalho (BALINHAS et. al., 2013).

Tal reconfiguração do trabalho docente, ao ser olhada à luz do conceito de desgnerificação do trabalho, evidencia-se como um processo de subsunção da vida (FUMAGALLI, 2016) produzindo uma maior intensificação e precarização do trabalho de professores e professoras. Assim sendo, os “diagnósticos clínicos do neossujeito”, descritos por Dardot e Laval (2016), bem como os “sofrimentos de flexibilização”, explorados por Safatle (2016), e o conceito de desgnerificação do trabalho (MORINI, 2008) mostram-se frutíferos para futuras análises sobre o trabalho docente em um cenário de intensificação da gramática política do neoliberalismo.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia**, Porto, v. 27, p. 11-25, jan. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BALINHAS, Vera Lúcia Gainssa et al. Imagens da docência: um estudo sobre o processo de trabalho e mal-estar docente. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 13, n. 1-2, p. 249-270, jun. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BIESTA, Gert. Devolver la enseñanza a la educación. Una respuesta a la desaparición del maestro. **Pedagogia y Saberes**, Bogotá, 44, p. 119-129, 2016.
- BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CORREIA, José Alberto. PEREIRA, Luísa Alvares. VAZ, Henrique. Políticas educativas e modos de subjetivação da profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**. v.42, n.146, p. 388-407 mai./ago. 2012.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FUMAGALLI, Andrea. O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo. **Cadernos IHU Ideias**, ano 14, n. 246, v. 14, 2016.
- GAMA, Maria E. R.; MOTTA, Mariana V. Revisão de literatura: trabalho docente em escolas públicas de educação Básica. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 13; 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Paraná: EDUCERE, 2017.
- HAN, Byung- Chul. **La sociedade del cansancio**. Argentina: Herder, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- ILLOUZ, Eva. **Intimidades congeladas**: las emociones del capitalismo. Buenos Aires: Katz, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, D. et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MASSON, Celso. O professor do futuro. **Revista Isto É**, 11 out 2017 [online]. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-professor-do-futuro/>>.
- MORINI, Cristina. A feminilização do trabalho no capitalismo cognitivo. **Lugar Comum**, n. 23-24, p. 247-265, 2008.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica**: a condução docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- PFINGSTHORN, Verónica Larrain; PAGÈS, Judit Vidiella. A construção da subjetividade (docente) em um contexto pós-fordista: trabalho imaterial e precariedade. In: GIL, Sancho; HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando. **Professores na incerteza**: aprender a docência no mundo atual. Porto Alegre: Pense, 2016, p. 133- 154.
- PONGRATZ, Ludwig A. La reforma educativa como estrategia gubernamental. **Profesorado**, vol. 17, nº 2, mayo-

-agosto, 2013.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Sennett e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Enviado em: 06/novembro/2018

Aprovado em: 14/dezembro/2018

Ahead of print em: 23/janeiro/2019